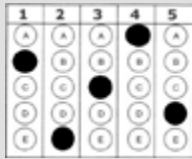


## EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA AJUDANTES DE DESPACHANTES ADUANEIROS - ADA

### PROVAS OBJETIVAS 1 E 2

#### INSTRUÇÕES

- Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.  
Nome: \_\_\_\_\_ Nº de Inscrição \_\_\_\_\_
- O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto **não** o rasure nem o amasse.
- Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *legível*, para posterior exame grafológico:
- “Um idealista é uma pessoa que ajuda os outros a prosperar.”*
- DURAÇÃO DAS PROVAS: 5 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.  
Nas provas objetivas há **80 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
- No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta) fabricada em material transparente, toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
- Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciadas as provas.
- Durante as provas, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- Por motivo de segurança, somente durante os 30 (trinta) minutos que antecederem o término das provas poderão ser copiados seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS em papel próprio, fornecido pela Esaf, conforme subitem 6.8 do edital regulador do processo seletivo.
- A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 1 (uma) hora do início das provas. A **não** observância dessa exigência acarretará sua exclusão do processo seletivo.

Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVAS, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

**Boa prova!**

## LÍNGUA PORTUGUESA

### Texto para as questões 1 a 4.

Nos últimos anos, muitas empresas se voltaram para a responsabilidade ambiental. É verdade que muitas vezes isso ocorre apenas pela pressão do momento e por pura necessidade de *marketing*. Porém, isso demonstra uma mudança de comportamento geral. Há algumas décadas, nem passaria pela pauta dessas mesmas empresas qualquer mínima reorganização para diminuir o consumo da demanda de energia, por exemplo.

A transformação real começa em cada habitante e depois é refletida para as indústrias e os governos. O processo é lento, pois existe uma engenhosa relação econômica entre produção, consumo e governança, que é totalmente desfavorável ao crescimento sustentável. Em geral, a maioria das pessoas ainda pensa em consumir mais, passando para a indústria a mensagem de que ela deve produzir mais. Agora, na outra ponta, simplesmente significa que o governo vai arrecadar mais. Esse ciclo vicioso é um dos principais entraves para maiores mudanças no cenário nacional e global.

<<http://meioambiente.culturamix.com/desenvolvimento-sustentavel/sustentabilidade-no-brasil>>. Acesso em 30 de julho de 2018 (com adaptações).

01. Com base nas informações do texto, conclui-se que:

- a) a diminuição do consumo excessivo de energia é pauta constante na agenda das grandes indústrias.
- b) as empresas tomaram para si a responsabilidade total no que diz respeito ao cuidado com o meio ambiente.
- c) as indústrias acabam por elevar a sua produção para saciar a necessidade ainda elevada de consumismo pela maior parte das pessoas.
- d) os governos começaram a arrecadar muito mais após a mudança de comportamento das empresas com relação ao crescimento sustentável.
- e) o *marketing* feito pelas indústrias com relação a seus produtos é um dos maiores entraves para uma mudança efetiva no comportamento dos consumidores.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei n. 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

02. Quanto às estruturas linguísticas do texto, assinale a opção correta.

- a) As duas ocorrências do pronome “isso” (l. 3 e 5) no primeiro parágrafo recuperam a informação dada no primeiro período do texto.
- b) A palavra “*marketing*” (l. 5) encontra-se grafada em itálico para conferir-lhe destaque.
- c) A conjunção “Porém” (l. 5) pode ser substituída por sua sinônima **Mas** sem que haja qualquer tipo de alteração na oração por ela iniciada.
- d) O acréscimo de **atrás** após a expressão “Há algumas décadas” (l. 6) contribui para reforçar a ideia de tempo decorrido.
- e) O pronome relativo “que” (l. 15), no trecho “que é totalmente”, retoma o seu antecedente “governança” (l. 15).

03. Os dois trechos do texto em que há palavras que foram acentuadas devido à mesma regra de acentuação ortográfica são:

- a) “últimos anos” (l. 1) e “algumas décadas” (l. 6).
- b) “algumas décadas” (l. 6) e “refletida para as indústrias” (l. 12).
- c) “refletida para as indústrias” (l. 12) e “relação econômica” (l. 14).
- d) “relação econômica” (l. 14) e “totalmente desfavorável” (l. 15).
- e) “totalmente desfavorável” (l. 15) e “no cenário nacional” (l. 22).

04. A palavra ou expressão que, no texto, pode aparecer entre vírgulas sem causar erro de pontuação ou sem interferir na coesão é:

- a) “muitas vezes” (l. 3).
- b) “apenas” (l. 3).
- c) “totalmente” (l. 15).
- d) “ainda” (l. 17).
- e) “simplesmente” (l. 19).

05. Despacho aduaneiro é um procedimento fiscal aplicado\_\_(1)\_\_mercadorias originárias ou destinadas ao exterior. O fiscal confere se \_\_(2)\_\_mercadorias descritas na declaração correspondem \_\_(3)\_\_ que estão sendo examinadas.

<<https://www.portual.com.br/blog/precisa-saber-sobre-despacho-aduaneiro>>. Acesso em 23 de agosto de 2018 (com adaptações).

A opção que preenche corretamente as lacunas do texto quanto ao uso ou não de acento grave é:

- a) (1) as; (2) às; (3) às.
- b) (1) às; (2) as; (3) às.
- c) (1) as; (2) as; (3) as.
- d) (1) às; (2) às; (3) às.
- e) (1) às; (2) as; (3) as.

06. Leia os trechos a seguir e ordene-os de modo a preservar a coesão e a coerência textuais.

- ( ) Conhecendo as atividades exercidas pelo despachante aduaneiro, é fácil constatar que esse profissional é fundamental no comércio exterior. Nesse segmento, que conta com novidades constantes, os empresários costumam se sentir intimidados e com receio de se lançar no cenário mundial.
- ( ) Algumas de suas principais atividades são: formular a Declaração Aduaneira, que apresenta a destinação das mercadorias transportadas; preparar e emitir os documentos que servem como base para a realização do despacho aduaneiro; verificar quais tarifas deverão ser pagas e providenciar o pagamento desses tributos; acompanhar as vistorias físicas das mercadorias, quando necessário.
- ( ) Logo, a atuação do despachante aduaneiro é fundamental para movimentar a economia e garantir boas oportunidades de negócio. Afinal, seus serviços conseguem possibilitar negociações internacionais mais seguras e simplificar todos os trâmites burocráticos.
- ( ) O despachante aduaneiro é responsável por realizar o despacho aduaneiro, no cumprimento de todas as exigências relacionadas a esse procedimento. Ele atua como um representante formal do seu contratante, seja de órgãos governamentais e/ou comerciais.

<<https://blog.conexos.com.br/importancia-despachante-aduaneiro-comercio-externior/>>. Acesso em 24 de agosto de 2018 (com adaptações).

A sequência correta obtida é:

- a) (4), (2), (3) e (1).  
b) (3), (1), (4) e (2).  
c) (2), (3), (4) e (1).  
d) (3), (2), (4) e (1).  
e) (1), (2), (4) e (3).

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei n. 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

**Texto para as questões 7 a 9.**

Contemporaneamente, uma das principais características tecnológicas consiste no uso social de instrumentos que permitem o registro imediato das ações pessoais.

5 Como “olhos mecânicos” oniscientes, instrumentos, como as máquinas fotográficas, os satélites, a internet, os gravadores e as filmadoras, são capazes de registrar o instante que se passa, armazenando as informações que lhes são transmitidas. Nada  
10 pode escapar ao escrutínio desses olhares anônimos. Não importa onde estejamos e/ou para onde vamos, as máquinas operam uma fiscalização meticulosa, descortinando nossa privacidade.

Involuntariamente, em nossas relações  
15 interpessoais, transmitimos informações para a sociedade de controle, seja através da realização de chamadas telefônicas, compras com cartão de crédito, compras de passagens aéreas ou até mesmo através de perfis criados em redes sociais.

<<https://jus.com.br/artigos/47337/sociedade-de-controle/>>. Acesso em 23 de agosto de 2018 (com adaptações).

07. Com base na leitura do texto, infere-se que:

- a) a tecnologia desenvolveu equipamentos sofisticados exclusivamente para o registro e para o monitoramento das ações dos indivíduos.
- b) a sociedade de controle utiliza-se de equipamentos tecnológicos para transmitir a seus integrantes informações sobre sua vida privada.
- c) as atividades rotineiras exercidas pelos indivíduos correm um sério risco de deixarem de ser completamente privadas.
- d) os indivíduos comportam-se nas suas relações interpessoais em observância ao requerido pela sociedade de controle.
- e) os indivíduos escolheram ter a sua vida privada monitorada para resguardar a sua própria segurança.

08. No que se refere às retomadas no texto, assinale a opção correta.

- a) O pronome relativo “que” (l. 3) tem por referente “uso social de instrumentos” (l. 2 e 3).
- b) A expressão “olhos mecânicos” oniscientes (l. 5) é retomada pelo pronome “desses” em “desses olhares” (l. 10).
- c) A palavra “instante” (l. 8) é o termo retomado pelo pronome relativo “que” (l. 8) que o segue.
- d) O referente do verbo “armazenando” (l. 8) é a expressão “as máquinas fotográficas” (l. 6).
- e) O pronome “lhes” (l. 9) faz a retomada do trecho “como as máquinas fotográficas, os satélites, a internet, os gravadores e as filmadoras” (l. 6 e 7).

09. Sobre as estruturas linguísticas do texto, assinale a opção correta.

- a) As palavras “Contemporaneamente” (l. 1) e “Involuntariamente” (l. 14) sugerem predominantemente circunstância de modo.
- b) A partícula “se” em “se passa” (l. 8) indica a indeterminação do sujeito do período onde se encontra.
- c) A expressão “ao escrutínio” (l. 10) pode ser substituída pela expressão **às críticas** sem causar prejuízo semântico.
- d) O emprego da primeira pessoa do plural, como em “estejamos” (l. 11) e “nossas” (l. 14), é um recurso retórico que visa buscar o envolvimento do leitor no texto.
- e) A substituição do verbo “descortinando” (l. 13) por **invadindo** pode ser feita sem que haja interferência na informação dada no trecho onde esse verbo se encontra.

10. Quanto à pontuação, assinale o trecho que apresenta as vírgulas empregadas corretamente.

- a) Regido por um regulamento próprio, o despacho aduaneiro exige muitos conhecimentos técnicos. Sendo assim o profissional que atua nesse meio, deve dominar assuntos como regimes tributários e tratamentos administrativos, o que dificulta a realização desse procedimento para muitas empresas.
- b) Regido por um regulamento próprio o despacho aduaneiro exige muitos conhecimentos técnicos. Sendo assim, o profissional, que atua nesse meio deve dominar assuntos, como regimes tributários e tratamentos administrativos, o que dificulta a realização desse procedimento para muitas empresas.
- c) Regido, por um regulamento próprio, o despacho aduaneiro exige muitos conhecimentos técnicos. Sendo assim, o profissional que atua nesse meio, deve dominar assuntos, como regimes tributários e tratamentos administrativos, o que dificulta a realização desse procedimento para muitas empresas.
- d) Regido por um regulamento próprio o despacho aduaneiro exige muitos conhecimentos técnicos. Sendo assim o profissional, que atua nesse meio deve dominar assuntos, como regimes tributários, e tratamentos administrativos, o que dificulta a realização desse procedimento para muitas empresas.
- e) Regido por um regulamento próprio, o despacho aduaneiro exige muitos conhecimentos técnicos. Sendo assim, o profissional que atua nesse meio deve dominar assuntos, como regimes tributários e tratamentos administrativos, o que dificulta a realização desse procedimento para muitas empresas.

<<https://blog.conexos.com.br/importancia-despachante-aduaneiro-comercio-exterior/>>. Acesso em 26 de agosto de 2018 (com adaptações).

**ATENÇÃO!**

**SOMENTE RESPONDA ÀS QUESTÕES DO IDIOMA INGLÊS SE ESTE TIVER SIDO SUA OPÇÃO QUANDO DE SUA INSCRIÇÃO.**

## LÍNGUA INGLESA

Questions 11, 12, and 13 refer to the following text.

5 Although we tend to think of globalization as a modern phenomenon, the hallmarks of its activity, from free trade zones to duty rates, have been around for millennia. Evidence of customs activity has been excavated all over the world, from the ports of ancient Greece to the Great Wall of China. The evidence suggests that complex systems of controls and taxes on traded commodities were in existence well before industrialization, as well as the reasoning behind them. It was easy to see among 10 small populations that unmitigated dependence on foreign merchandise would indebt and stress the community.

15 Scholars believe that the earliest customs fees were actually voluntary, and offered by travelling merchants as a bribe to sovereigns for considerate treatment. Over time, this bribe became mandatory. It was called ‘duty,’ a fee charged for the privilege of trading in a particular kingdom. The collection 20 itself was outsourced to tax farmers, who would use any means necessary — including violence — to obtain what had become a key revenue source for monarchies. The first written customs tariff was developed in Palmyra (present day Syria) and was 25 engraved in stone. However, professional customs offices and officials were introduced by ancient Rome.

30 Despite major advances, the essence of customs has neither disappeared nor changed. While today’s agencies screen for a variety of novel threats, from security to the environment, protecting the local market is the motivation behind every decision, even if it is not always clear to the importer.

(source: Border Bee, *A brief history of customs*, retrieved on 11 September 2018 from <<https://borderbee.com/>>. Adapted.)

11. From the text, it is correct to state that customs fees and tariffs:

- a) are a post-industrialization phenomenon.
- b) appeared in Palmyra for the first time.
- c) originated from contributions merchants were forced to make.
- d) have been adopted on the same essential grounds over time.
- e) are based on the need to lessen environment and security risks.

12. Without ignoring the fact that globalization is a very complex phenomenon and based on the information given in the text, one can correctly consider globalization:
- a reason why small populations were dependent on foreign products.
  - a result of the establishment of free trade zones in recent times.
  - a consequence of trade relations between ancient Greece and ancient China.
  - a process characterized by the presence of measures related to customs tariffs.
  - a process resulting from the same reasons on which customs systems are established.
13. In the sentence “The collection itself was outsourced to tax farmers, who would use any means necessary – including violence – to obtain what had become a key revenue source for monarchies”,
- “collection” refers to a group of similar objects.
  - “outsourced” means tax farmers were foreigners.
  - “itself” is used as an element of emphasis.
  - “would” can be correctly replaced with will.
  - “key” is synonymous with obligatory.

**Questions 14, 15 and 16 refer to the following text.**

Breathing might get more expensive if the U.S.-China trade dispute continues to escalate. Playing baseball could get costlier, as well.

5 Oxygen and baseball gloves are two of the thousands of Chinese goods that would be subject to new tariffs threatened by President Donald Trump as the clash intensifies.

10 The wide-ranging list of targeted products amounts to about \$200 billion in goods sold to Americans every year, representing about 40 percent of total U.S. imports from China. Trump is threatening 10 percent tariffs on this round of goods. His administration has already imposed 25 percent tariffs on \$50 billion in Chinese imports, prompting blow-for-blow retaliation from the Chinese government.

15 The proposed tariffs on \$200 billion in additional Chinese goods cover an array of industries. A selection of everyday items that could be impacted include seafood (ranging from trout, salmon, and tuna to squid, and clams); agricultural products like garlic, onions, cauliflower, cabbage, peas, potatoes, cucumbers, bananas, strawberries, and oranges; tobacco products, including cigars and cigarettes; dog food and cat food; and even baseball gloves  
20 and batting gloves, not to mention various forms of leather and parchment paper.  
25

(Source: Nathan Bomey. Tax oxygen? Could happen as Trump threatens wide-ranging tariffs on China. USA Today, retrieved on 13 September 2018 from <<https://www.usatoday.com>>. Adapted.)

14. Regarding the words and expressions underlined in the text,
- “trade dispute”, “clash”, and “retaliation” have the same meaning.
  - “as” introduces the reason Chinese goods are subject to new tariffs.
  - “an array of” can be correctly replaced with a **specific type of**.
  - “prompting” is the same as **hindering** or **dissuading**.
  - “might” and “could” are verbs which express the idea of possibility.
15. One is correct to conclude from the text that the trade dispute between the U.S. and China:
- is closely related to American people’s everyday life.
  - has resulted in the banning of seafood in the U.S.
  - has made China pay more than \$200 billion in tariffs.
  - has affected the way people play baseball.
  - is showing signs of becoming less serious.
16. According to the text, the Chinese goods on which the American government intends to impose new tariffs:
- have been considered dangerous by federal agencies.
  - range from raw material items to manufactured goods.
  - might be taxed at up to 35 percent of their value.
  - represent \$50 billion in Chinese imports to the U.S.
  - come from industries subject to heavy taxation in China.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei n. 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).



**Questions 17, 18, and 19 refer to the following text.**

5 Like in all stakeholder relations, Customs should ideally have a regular constructive engagement with brokers, as often brokers are the first line of interface between Customs and traders. Beyond the preparation of documents, manual/electronic submissions, the calculation and often payment of duties and taxes, they can play an active role in facilitating communication between Customs/ government authorities and importers/exporters.

10 There are several areas where a good relationship with Customs brokers and/or brokers associations can be of benefit for Customs administrations. Brokers may be consulted regarding support of Customs modernization and trade facilitation initiatives in line with international instruments

15 Customs could leverage the role of brokers as a communicator and force multiplier to improve compliance. Likewise, they are potential partners in curbing illicit trade including counterfeited/ pirated goods, as well as in ensuring compliance with regulatory requirements of other government agencies.

20 Thought could also be given to the role of brokers in enhancing the quality of data submitted to Customs. One may argue that usually the trader has better knowledge of, and clearer responsibility for, the accuracy of the information set out in the declaration or other submission to Customs than the broker. However, brokers can encourage their customers to improve data quality in terms of accuracy and adequacy. With further integration and the usage of electronic data transfer, Customs will have a more effective system of collecting data while providing Customs brokers with a streamlined tool for inputting the necessary information, thereby improving data quality.

(Source: World Customs Organization. WCO Study Report on Customs Brokers - June, 2016. Retrieved on 9 September 2018 from <<http://www.wcoomd.org>>. Adapted.)

17. In each of the options bellow there is a word or expression underlined in the text and a suggestion for its replacement. Choose the option in which the change suggested keeps the meaning and the grammatical correctness of the text:

- a) "should" can be correctly replaced with **ought to**.
- b) "they" can be correctly replaced with **traders**.
- c) "be of benefit for" can be correctly replaced with **benefit from**.
- d) "However" can be correctly replaced with **Nevertheless**.
- e) "further" can be correctly replaced with **more distant**.

18. The main point of the text is to argue:

- a) for close cooperation between Customs administrations and Customs brokers.
- b) against Customs brokers being given additional tasks regarding data collection.
- c) in favor of Customs brokers encouraging their customers to provide accurate data.
- d) for compliance with international regulatory instruments by Customs brokers.
- e) against traders having better knowledge and more responsibilities than brokers.

19. In the third paragraph, the passage "Customs could leverage the role of brokers as communicators and force multipliers" means Customs administrations could:

- a) invest funds in making brokers communicators and force multipliers.
- b) make use of the role of brokers as communicators and force multipliers.
- c) charge traders for the hours brokers work as communicators and force multipliers.
- d) force brokers to act as multipliers and stop them from being communicators.
- e) invest time in making brokers communicators and forcing them to be multipliers.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei n. 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

Considering the text below as a historical account on the extinct United States Custom Service, whose activities are nowadays carried out by the U.S. Customs and Border Control, answer question 20.

The agency known as the United States Customs Service collects the revenue from imports and enforces customs and related laws and also administers the Tariff Act of 1930, as amended, and other customs laws. Some of the responsibilities which the Customs Service is specifically charged with are as follows: properly assessing and collecting customs duties, excise taxes, fees, and penalties due on imported merchandise; interdicting and seizing contraband, including narcotics and illegal drugs; processing persons, carriers, cargo, and mail into and out of the United States; administering certain navigation laws; detecting and apprehending persons engaged in fraudulent practices designed to circumvent customs and related laws; protecting American business and labor by enforcing statutes and regulations such as the Anti-dumping Act and those regarding countervailing duties.

(Source: Henry Campbell Black. Customs Service. **Black's Law Dictionary**. 6<sup>th</sup> Edition. St. Paul (MINN.), West Publishing: 1990. p. 386. Adapted)

20. Regarding the words and expressions underlined in the text:

- "collects", "imports", and "enforces" are verbs in the third person singular.
- "excise taxes" are duties which a person pays directly for entering the U.S.
- "seizing" means Customs officers may take home any illegal good they find.
- "processing" is used to indicate that the American Customs can take people to court.
- "countervailing duties" are duties used to neutralize the negative effects of subsidies.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei n. 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

**ATENÇÃO!**  
**SOMENTE RESPONDA ÀS QUESTÕES DO IDIOMA ESPANHOL SE ESTE TIVER SIDO SUA OPÇÃO QUANDO DE SUA INSCRIÇÃO.**

## LÍNGUA ESPANHOLA

Texto para as questões 11 e 12.

EL PAIS (ESP)

**Coches por quesos: ¿qué significa el acuerdo comercial Unión Europea (UE)-Japón?**

Pekin 29 JUL 2018 - 00:08 CEST

El pacto aglutina el 27,8% del Producto Interior Bruto mundial y el 36,8% del comercio de mercancías, un bloque que rivaliza en importancia con el Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN; firmado por Estados Unidos, Canadá y México y en plena renegociación). Si es ratificado — algo que se prevé que ocurra antes de marzo del 2019 — los aranceles de cerca del 94% de los productos europeos exportados a Japón serán eliminados paulatinamente; en el caso de las mercancías niponas que accedan al bloque comunitario, la eliminación alcanzará el 99%. Esta diferencia es reflejo de la exclusión del acuerdo de productos como el arroz, que goza en Japón de una fuerte protección política frente a las importaciones.

Al pacto se le conoce popularmente como el de "los automóviles por el queso", en referencia a los grandes objetivos logrados por cada uno de los bloques en unas negociaciones que se han alargado más de un lustro. La Unión Europea (UE) eliminará la tarifa actual del 10% a los vehículos de pasajeros japoneses de forma progresiva en los siete años posteriores a la ratificación del texto, mientras que Japón suprimirá — bien de inmediato o en un periodo de hasta 15 años — las tasas a varios productos de alimentación como el vino, la carne de cerdo y de ternera o el queso. En total, según cálculos de la Comisión Europea, las empresas exportadoras se ahorrarán en tasas unos 1000 millones de euros. El Gobierno nipón estima que la economía del archipiélago podría aumentar alrededor del 1% anual una vez los aranceles hayan desaparecido por completo.

Disponível em: [https://elpais.com/economia/2018/07/26/actualidad/1532574405\\_758165.html](https://elpais.com/economia/2018/07/26/actualidad/1532574405_758165.html). Acesso em: 22/08/2018 (com adaptações).

11. De la lectura del texto se desprende que:
- a) el acuerdo comercial entre la UE y Japón podría no implementarse dada la rivalidad con el Tratado de Libre Comercio de América del Norte.
  - b) el acuerdo beneficiará a un número mayor de mercancías niponas debido a la exclusión del acuerdo de algunos productos protegidos.
  - c) el pacto entre la UE y Japón es conocido como el de “los automóviles por el queso” en alusión a los coches europeos y los quesos producidos en Japón.
  - d) la UE eliminará los aranceles sobre los automóviles japoneses más rápidamente que sobre los automóviles provenientes de otros países.
  - e) el gobierno japonés estima que, a partir de la firma del acuerdo, la economía japonesa crecerá alrededor del 1% anual.
12. De acuerdo con el texto, como consecuencia del pacto de “los automóviles por el queso”:
- a) la UE reducirá un 10% la tasa actual a los vehículos de pasajeros importados desde Japón.
  - b) los aranceles sobre los automóviles japoneses importados por la UE se reducirán siete años después de la firma del pacto.
  - c) Japón tendrá 15 años de plazo para eliminar los aranceles sobre algunos productos alimenticios provenientes de Europa.
  - d) las empresas exportadoras economizarán en aranceles aproximadamente un billón de euros.
  - e) las exportaciones de Japón con destino a la UE podrían aumentar alrededor del 1% anual.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei n. 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

## Texto para as questões 13 a 16.

### EL ECONOMISTA (MEX)

#### Exportaciones de petróleo de Irak, hacia un nuevo récord

Reuters - 21 de agosto de 2018, 19:50

Las exportaciones de crudo desde el sur de Irak se encaminan a marcar otro récord este mes, dijeron dos fuentes de la industria, lo que se suma a las señales de que el segundo mayor productor de la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) está cumpliendo con el acuerdo del grupo de aumentar la extracción.

Las exportaciones desde el sur de Irak en los primeros 19 días de agosto promediaron 3,7 millones de barriles por día (bpd), según datos de rastreo de embarcaciones recopilados por una fuente de la industria, un alza de 160 000 bpd desde los 3,54 millones de bpd de julio, el récord mensual vigente.

El incremento se produce tras el pacto de junio entre la OPEP y los productores aliados para aumentar el suministro después de que redujeran la producción desde el 2017 para eliminar un exceso de oferta.

Irak marcó en julio el mayor aumento entre los países del cártel que tomaron parte en los recortes previos.

Disponível em: <https://www.eleconomista.com.mx/mercados/Exportaciones-de-crudo-de-Irak-hacia-nuevo-record-20180821-0089.html>. Acesso em: 22/08/2018 (com adaptações).

13. El término “crudo” (l. 1) en el texto es sinónimo de:

- a) petróleo.
- b) gasolina.
- c) barril.
- d) refinería.
- e) producción industrial.

14. Según el texto, Irak:

- a) es el segundo país con mayor producción industrial de la OPEP.
- b) tiene un acuerdo comercial para la exportación de petróleo con destino a los países de la OPEP.
- c) ha aumentado las exportaciones de petróleo por primera vez este mes.
- d) ha encaminado sus exportaciones de petróleo al sur del país.
- e) llegó a un acuerdo con los países de la OPEP para aumentar su producción de petróleo.



15. En el texto, el término “recortes” (l. 20) se refiere a:
- residuos.
  - récords.
  - resultados.
  - reducciones.
  - fragmentos.
16. El artículo concluye que:
- 3,7 millones de barriles por día es el récord anual de exportación de petróleo de Irak.
  - Irak exportó 160 000 bpd de petróleo más en agosto que en julio.
  - en junio de 2017, la OPEP llegó a un acuerdo con los productores aliados para aumentar el suministro.
  - para eliminar el exceso de oferta, se paralizó la producción.
  - Irak fue el único entre los países del cártel que no tomó parte de los recortes previos.

**Texto para as questões 17 a 19.**

**CINCO DIAS (ESP)**

**China frena un 92 % la inversión en Estados Unidos y la redirige a Europa**

Madrid - 15 JUL 2018 - 23:05 CEST

- Las inversiones empresariales chinas en Estados Unidos (EE. UU.) se han frenado en seco. Según un estudio que acaba de elaborar el bufete Baker McKenzie, el flujo inversor ha acelerado su rumbo de Norteamérica hacia Europa. Así, las inversiones chinas en EE. UU. han caído un 92% durante el primer semestre de 2018. Han pasado de 24 000 millones de dólares en la primera mitad de 2017, a solo 2000 millones este año.
- 10 Las operaciones de fusiones y adquisiciones anunciadas por compañías chinas en Europa en el primer semestre del año alcanzan los 20 000 millones de dólares mientras que en EE. UU. totalizan 2500 millones de dólares. De esta redirección de inversiones hacia Europa, España ha recibido un flujo inversor de 1100 millones de dólares procedente de inversores chinos, lo que sitúa al país en el quinto puesto de preferencia europea, por detrás de Suecia, Alemania, Reino Unido y Francia.
- A finales de 2016, el Gobierno chino ya instó a los empresarios locales a desinvertir en EE. UU. Una política proteccionista que provocó que las inversiones chinas en Norteamérica se redujeran de 24 000 millones de dólares en la primera mitad de 2017, a 6000 millones en la segunda mitad del mismo año. El estudio también apunta que las inversiones directas finalizadas por el gigante asiático en Estados Unidos solo han alcanzado los 2000 millones de dólares, frente a los 12 000 millones de inversiones completadas en Europa en

el último semestre de 2017.

- 35 La guerra comercial entre Washington y Pekín se endureció el pasado jueves cuando el Gobierno de Trump hizo efectiva la aplicación de aranceles a la importación de productos chinos por 34 000 millones de dólares. Las autoridades chinas anunciaron represalias por el mismo valor.

Disponível em: [https://cincodias.elpais.com/cincodias/2018/07/13/companias/1531498836\\_309366.html](https://cincodias.elpais.com/cincodias/2018/07/13/companias/1531498836_309366.html). Acesso em: 22/08/2018 (com adaptações).

17. La locución “en seco” (l. 2) puede ser sustituida, sin producir alteraciones semánticas o gramaticales en el texto, por:
- de repente.
  - sin medios.
  - por falta de financiación.
  - solamente.
  - de forma blanda.
18. Según el artículo, las inversiones chinas con destino a EE. UU.:
- han crecido un 92% durante el primer semestre de 2018.
  - se redujeron en 24 000 millones de dólares en 2017.
  - se han reducido a 2000 millones de dólares en 2018.
  - han aumentado como consecuencia de las operaciones de fusiones y adquisiciones realizadas.
  - se han redirigido hacia España y Norteamérica.
19. De la lectura del texto se desprende que:
- EE. UU. ha redirigido sus inversiones a Europa en el primer semestre de 2018.
  - el estudio realizado por Baker McKenzie no ha llegado a conclusiones claras.
  - las preferencias de los inversores chinos en Europa sitúan a España en último lugar.
  - Europa ha sustituido a EE. UU. como destino de las inversiones chinas.
  - el Gobierno chino comenzó a aplicar una política proteccionista presionado por EE. UU. en 2016.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei n. 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

## Texto para a questão 20.

### NUEVA TRIBUNA (ESP)

#### La “mina verde” de la economía latinoamericana: el aguacate

15 de agosto de 2018

5 Durante los últimos años, el aguacate le está abriendo las puertas a la agroindustria nacional y latinoamericana en los diferentes mercados internacionales, ya que los consumidores prefieren este producto gracias a su tamaño, sabor, perfil nutricional y la facilidad de su preparación en diferentes platos.

10 El mayor consumidor mundial de aguacate es Estados Unidos donde al año consumen casi 2,9 millones de toneladas, le siguen Japón, Canadá, España, Francia, Países Bajos, El Salvador, China, Honduras y Guatemala. En cuanto a su exportación, México es el país líder con una participación del 50% de las importaciones globales, el porcentaje restante se encuentra en manos de países como República Dominicana, Colombia (participa con el aguacate Hass), Chile, Perú e Indonesia.

20 El aguacate se está convirtiendo en un producto agrícola importante para la economía de los principales países productores de este alimento:

- En México el aguacate es uno de los productos que más dinero le deja al país, incluso por encima de los hidrocarburos en términos netos.
- 25 • Perú estima un crecimiento entre el 10 y el 15% de sus exportaciones para el 2018, esto se debe a las nuevas plantaciones que están entrando en producción y a aquellas que están alcanzando su máxima capacidad.
- 30 • Para el mercado chino, Chile ha sido el mayor proveedor de aguacates superando a México. Esta demanda sigue en aumento y la mayor parte del presupuesto de promoción de Chile se gasta en este mercado asiático.
- 35 • Según Analdex (Asociación Nacional de Comercio Exterior) en Colombia se exportarán unas 33 000 toneladas de aguacate Hass durante el 2018 con ventas que representan unos 70 millones de dólares.

Disponível em: <https://www.nuevatribuna.es/articulo/americ-latina/mina-verde-economia-latinoamericana-aguacate/20180815174340154846.html>. Acesso em: 22/08/2018 (com adaptações).

20. De la lectura del texto se deduce que:

- a) la agroindustria latinoamericana no cuenta con facilidades para exportar aguacate.
- b) el perfil nutricional del aguacate depende de su tamaño.
- c) México consume el 50% del aguacate exportado en el mundo.
- d) Japón sigue a Canadá y España en cuanto al consumo de aguacate.
- e) Colombia es uno de los mayores exportadores mundiales de aguacate.

## LEGISLAÇÃO ADUANEIRA

21. Assinale, entre as opções apresentadas, aquela que não representa uma espécie de penalidade:
- a) multa.
  - b) sanção administrativa.
  - c) perdimento de moeda.
  - d) auto de infração.
  - e) perdimento da mercadoria.
22. Aplica-se a pena de perdimento da mercadoria nas seguintes hipóteses, por configurarem dano ao Erário, exceto:
- a) estrangeira, em trânsito no território aduaneiro, quando o veículo terrestre que a conduzir for desviado de sua rota legal sem motivo justificado.
  - b) com classificação errada na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), na Declaração de Importação, em qualquer caso.
  - c) estrangeira, exposta à venda, depositada ou em circulação comercial no País, se não for feita prova de sua importação regular.
  - d) existente a bordo do veículo, sem registro em manifesto, em documento de efeito equivalente ou em outras declarações.
  - e) estrangeira, atentatória à moral, aos bons costumes, à saúde ou à ordem públicas.
23. São hipóteses para a aplicação da multa de 100%, proporcional ao valor do imposto incidente sobre a importação da mercadoria, ou o que incidiria se não houvesse isenção ou redução, exceto:
- a) o uso de falsidade nas provas exigidas para obtenção dos benefícios e incentivos previstos em lei específica.
  - b) o não emprego dos bens de qualquer natureza nos fins ou nas atividades para que foram importados com isenção do imposto.
  - c) o desvio, por qualquer forma, de bens importados com isenção ou com redução do imposto.
  - d) a comprovação, fora do prazo, da chegada da mercadoria ao local de destino, no caso de trânsito aduaneiro.
  - e) a não apresentação de mercadoria submetida ao regime de entreposto aduaneiro.

24. Com relação às sanções administrativas previstas na Lei n. 10.833, de 29 de dezembro de 2003, escolha a opção correta.
- a) A reincidência em conduta já sancionada com advertência poderá acarretar a suspensão, pelo prazo de até 12 meses, do exercício de atividades relacionadas com o despacho aduaneiro.
  - b) Os intervenientes nas operações de comércio exterior ficam sujeitos à sanção de advertência caso estejam atuando em nome de pessoa que esteja cumprindo suspensão, ou no interesse desta.
  - c) É aplicada a penalidade de suspensão do exercício de atividades relacionadas com o despacho aduaneiro para o interveniente que descumprir requisito, condição ou norma operacional para habilitar-se ou utilizar regime aduaneiro especial ou aplicado em áreas especiais.
  - d) No caso de cancelamento ou cassação do registro, licença, autorização, credenciamento ou habilitação para utilização de regime aduaneiro ou de procedimento simplificado, a reinscrição para a atividade que exercia ou a inscrição para exercer outra atividade sujeita a controle aduaneiro só poderá ser solicitada três anos depois da data de aplicação definitiva da sanção, devendo ser cumpridas todas as exigências e formalidades previstas para a inscrição.
  - e) A aplicação da sanção de suspensão do exercício de atividades relacionadas com o despacho aduaneiro terá prazo de até 24 meses, considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem e os antecedentes do infrator.
25. Ao sujeito passivo que, notificado, efetuar o pagamento, a compensação ou o parcelamento dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil será concedida redução de 30% da multa de lançamento se:
- a) for efetuado o pagamento ou a compensação no prazo de trinta dias, contados da data em que o sujeito passivo foi notificado do lançamento.
  - b) o sujeito passivo requerer o parcelamento no prazo de trinta dias, contados da data em que foi notificado da decisão administrativa de primeira instância.
  - c) o sujeito passivo requerer o parcelamento no prazo de trinta dias, contados da data em que foi notificado do lançamento.
  - d) o sujeito passivo requerer o parcelamento, no caso de provimento a recurso de ofício interposto por autoridade julgadora de primeira instância.
  - e) for efetuado o pagamento ou a compensação no prazo de trinta dias, contados da data em que o sujeito passivo foi notificado da decisão administrativa de primeira instância.
26. A habilitação da pessoa física responsável por pessoa jurídica importadora, exportadora ou internadora da Zona Franca de Manaus (ZFM) para a prática de atos no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) poderá ser requerida pelo interessado para a pessoa jurídica nas seguintes submodalidades:
- a) ilimitada, no caso de pessoa jurídica com capacidade financeira que permita realizar operações de exportação cuja soma dos valores seja superior a US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América).
  - b) limitada, no caso de pessoa jurídica cuja capacidade financeira comporte realizar operações de importação cuja soma dos valores, em cada período consecutivo de seis meses, seja superior a US\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América).
  - c) expressa, no caso de pessoa jurídica com capacidade financeira que permita realizar operações de importação cuja soma dos valores seja superior a US\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América).
  - d) expressa, no caso de pessoa jurídica que pretenda realizar operações de exportação, sem limite de valores, e de importação, cujo somatório dos valores, em cada período consecutivo de seis meses, seja inferior ou igual a US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América).
  - e) expressa, no caso de microempreendedor individual (MEI) em qualquer caso.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei n. 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

27. Segundo o disposto na Instrução Normativa RFB n. 1.603, de 15 de dezembro de 2015, estão dispensados da habilitação, quando exercerem operações relativas à sua atividade-fim, exceto:
- o agente marítimo.
  - a pessoa física responsável por pessoa jurídica internadora da Zona Franca de Manaus (ZFM).
  - o depositário.
  - o desconsolidador de carga.
  - o transportador.
28. A jurisdição dos serviços aduaneiros da Secretaria de Receita Federal do Brasil (RFB) estende-se por todo o território aduaneiro e abrange as zonas primária e secundária, onde se localizam os aeroportos, portos, pontos de fronteira, portos secos e Centros Logísticos e Industriais Aduaneiros (CLIA). Sobre a abrangência do território aduaneiro e das zonas primária e secundária, é incorreto afirmar que:
- inclui a área terrestre ou aquática, contínua ou descontínua, dos portos alfandegados.
  - abrange a área terrestre nos aeroportos alfandegados localizados na zona primária do território aduaneiro.
  - o território aduaneiro compreende todo o território nacional, excluído o espaço aéreo.
  - a zona primária é constituída por áreas demarcadas nos portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados.
  - a zona secundária compreende a parte restante do território aduaneiro, inclusive as águas territoriais.
29. Os portos, aeroportos e pontos de fronteira serão alfandegados por ato declaratório da autoridade aduaneira competente para que neles possam, sob controle aduaneiro, entrar ou sair veículos, mercadorias ou pessoas. A respeito das operações permitidas nesses recintos alfandegados, é correto afirmar que:
- é vedado o estacionamento de veículos procedentes do exterior ou a ele destinados.
  - somente por esses recintos alfandegados localizados nos portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados poderá ser efetuada a entrada ou a saída de mercadorias procedentes do exterior ou a ele destinadas.
  - o trânsito de mercadorias importadas ou a exportar não pode ser iniciado ou encerrado nesses recintos.
  - não permite o armazenamento de cargas procedentes do exterior.
  - não são permitidos o embarque ou o desembarque de passageiros com destino ao exterior ou a ele destinados.
30. Portos secos são recintos alfandegados de uso público nos quais são executadas operações de movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de mercadorias e de bens de viajantes sob controle aduaneiro. Assim sendo, sobre as operações com mercadorias nos portos secos, é incorreto afirmar que:
- somente as cargas importadas podem ser despachadas nesses recintos.
  - podem passar pelo porto seco cargas de importação, exportação ou ambas, consideradas as necessidades do local.
  - no porto seco poderá ser realizada operação de despacho aduaneiro para o regime comum.
  - o despacho de mercadoria para os regimes aduaneiros especiais ou para os regimes aduaneiros aplicados em área especial é perfeitamente compatível com as operações permitidas nesses recintos.
  - é vedada a atividade de armazenagem de mercadoria que não esteja sob controle aduaneiro nos portos secos.
31. Em conformidade com a legislação aduaneira, para cada ponto de descarga no território aduaneiro, o veículo deverá trazer tantos manifestos quantos forem os locais, no exterior, em que tiver recebido carga. Relativamente ao manifesto de carga, é incorreto afirmar que:
- a carga eventualmente embarcada após o encerramento do manifesto será incluída em manifesto complementar.
  - no caso de divergência entre o manifesto e o conhecimento, prevalecerá este, podendo a correção daquele ser feita de ofício.
  - deve conter dados relevantes como o local de embarque e o de destino das cargas.
  - a omissão de volume em manifesto de carga poderá ser suprida mediante a apresentação da mercadoria sob declaração escrita do responsável pelo veículo.
  - serão consideradas, no manifesto, ressalvas que visem a excluir a responsabilidade do transportador por extravios ou acréscimos de mercadoria.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei n. 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).



32. Para fins de incidência do Imposto de Importação, considera-se como estrangeira a mercadoria nacional ou nacionalizada exportada que retorne ao País:
- após ser enviada ao exterior em consignação e vendida no prazo autorizado.
  - por motivo de defeito técnico, para reparo ou para substituição.
  - por modificações na sistemática de importação por parte do país importador.
  - em razão de guerra ou de calamidade pública.
  - devido a fatores alheios à vontade do exportador.
33. O fato gerador do Imposto de Importação (II) é a entrada de mercadoria estrangeira no território aduaneiro. Para efeito de cálculo do imposto, considera-se ocorrido o fato gerador na data:
- de entrada da mercadoria no porto, aeroporto ou ponto de fronteira para qualquer regime de importação.
  - do registro da declaração de importação de mercadoria submetida a despacho para consumo.
  - do registro da declaração de importação quando se tratar de bens contidos em remessa postal internacional não sujeitos ao regime de importação comum na data do registro da declaração de importação.
  - de entrada no território aduaneiro de bens compreendidos no conceito de bagagem, acompanhada ou desacompanhada.
  - do lançamento do correspondente crédito tributário quando se tratar de importação de mercadoria sujeita ao regime de importação comum.
34. Mercadoria submetida ao despacho de importação está sujeita ao controle do valor aduaneiro declarado pelo importador de acordo com as regras estabelecidas no Acordo de Valoração Aduaneira. Sobre o valor aduaneiro da mercadoria, escolha a opção correta.
- Depende do método de valoração utilizado.
  - Exclui os gastos relativos à carga, à descarga e ao manuseio, associados ao transporte da mercadoria importada, até o porto ou o aeroporto alfandegado de descarga ou o ponto de fronteira alfandegado.
  - Inclui o custo de transporte da mercadoria importada até o porto ou o aeroporto alfandegado de descarga ou o ponto de fronteira alfandegado.
  - Não inclui os gastos relativos à carga, à descarga e ao manuseio da mercadoria durante as operações.
  - Exclui os custos de seguro incorridos no território aduaneiro a partir do porto ou do aeroporto alfandegado de descarga ou do ponto de fronteira alfandegado.
35. O Imposto de Importação incidente sobre mercadoria estrangeira é calculado pela aplicação das alíquotas fixadas na Tarifa Externa Comum (TEC) sobre a base de cálculo apurada conforme o acordo de valoração aduaneira. Sobre a aplicação das alíquotas, escolha a opção correta.
- Aplica-se sobre as remessas postais internacionais e as encomendas aéreas internacionais quando aplicado o regime de tributação simplificada.
  - Aplica-se sobre os bens conceituados como bagagem de viajante procedente do exterior, quando sujeitos ao regime de tributação especial.
  - Não se aplica aos bens conceituados como bagagem de viajante procedente do exterior, ou adquiridos em lojas francas de chegada, quando aplicado o regime de tributação comum.
  - O imposto poderá ser calculado pela aplicação de alíquota específica, ou pela conjugação desta com a alíquota ad valorem, conforme estabelecido em legislação própria.
  - A alíquota aplicável para o cálculo do imposto é a correspondente ao posicionamento da mercadoria na Tarifa Externa Comum, na data do ingresso da mercadoria no território aduaneiro, uma vez identificada sua classificação fiscal segundo a Nomenclatura Comum do Mercosul.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei n. 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).



36. Quanto ao regime aduaneiro de admissão temporária, assinale a opção incorreta.
- a) O regime aduaneiro especial de admissão temporária com suspensão total do pagamento de tributos é o que permite a importação de bens que devam permanecer no País durante prazo fixado, com suspensão total do pagamento dos tributos incidentes na importação.
  - b) Bens destinados à reposição temporária de bens importados, em virtude de garantia, podem ser submetidos ao regime de admissão temporária com suspensão total do pagamento dos tributos incidentes na importação.
  - c) Veículos terrestres, aeronaves e embarcações utilizados no transporte internacional de carga ou passageiro, quando operando nesta atividade, são automaticamente submetidos ao regime de admissão temporária em que o registro de Declaração de Importação é obrigatório.
  - d) A adequação dos bens à finalidade para a qual foram importados é condição a ser observada para a concessão do regime de admissão temporária.
  - e) A reexportação é uma das hipóteses previstas em norma para a extinção do regime de admissão temporária.
37. Acerca do Carnê ATA, regulamentado pela Instrução Normativa RFB n. 1.639, de 10 de maio de 2016, assinale a opção incorreta.
- a) O Carnê ATA é documento aduaneiro internacional com valor jurídico de declaração aduaneira que permite identificar os bens e oferece garantia válida em nível internacional destinada a cobrir os direitos e os encargos de importação.
  - b) Os bens importados ao amparo do regime do Carnê ATA não podem, durante a sua vigência, ser cedidos gratuitamente, alugados ou utilizados mediante retribuição, salvo exceções previstas em norma específica.
  - c) Considera-se beneficiário do regime a pessoa física ou jurídica que conste no Carnê ATA como titular.
  - d) A apresentação do Carnê ATA válido à RFB não é condição necessária para a concessão e a aplicação do regime.
  - e) A concessão do regime poderá abranger a totalidade ou apenas parte dos bens trazidos ao País pelo titular ou por seu representante acobertados pelo Carnê ATA.
38. Quanto ao regime aduaneiro de exportação temporária, assinale a opção correta.
- a) O regime aduaneiro especial de exportação temporária é o que permite a saída do País de bem estrangeiro condicionado à reimportação em prazo determinado no mesmo estado em que foi exportado.
  - b) Os veículos de transporte comercial brasileiros conduzindo carga ou passageiros não são automaticamente submetidos ao regime de exportação temporária.
  - c) Quando se tratar de bens cuja exportação estiver sujeita à prévia manifestação de outros órgãos da administração pública, a concessão do regime dependerá da satisfação desse requisito.
  - d) A exportação definitiva não é uma das hipóteses de extinção do regime de exportação temporária.
  - e) O despacho aduaneiro de reimportação dos bens exportados temporariamente deverá ser processado exclusivamente com base em DSI registrada no Siscomex.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei n. 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

39. Quanto aos regimes aduaneiros especiais, assinale a opção correta.

- a) O *drawback* é a modalidade de regime aduaneiro especial que se aplica às mercadorias que ingressam no território do País por tempo determinado e que são destinadas à realização de eventos artísticos, científicos e culturais, envolvendo, em tal caso, a suspensão total dos tributos exigíveis.
- b) O regime admissão temporária para aperfeiçoamento ativo é o que permite a saída do País de bem nacional ou nacionalizado para ser submetido a operação de transformação no exterior e a posterior importação com pagamento dos tributos sobre o valor agregado.
- c) O regime aduaneiro especial de admissão temporária via Carnê ATA é o que permite a importação de bens destinados à prestação de serviços a terceiros ou à produção de outros bens destinados à venda, por prazo fixado, com pagamento dos tributos federais incidentes na importação, proporcionalmente a seu tempo de permanência no território aduaneiro.
- d) O regime aduaneiro especial de admissão temporária com suspensão total do pagamento de tributos permite a importação de bens que devam permanecer no País durante prazo fixado, com suspensão total do pagamento do Imposto de Importação (II), dentre outros.
- e) Não está entre os objetivos da Zona Franca de Manaus (ZFM) promover a melhor integração produtiva e social na Amazônia Ocidental.

40. Com relação ao regime aduaneiro de exportação temporária, assinale a alternativa incorreta.

- a) Poderão ser submetidos ao regime de exportação temporária os bens destinados à promoção comercial, inclusive amostras sem destinação comercial.
- b) Os bens reutilizáveis destinados ao transporte de outros bens não se submetem ao regime de exportação temporária.
- c) Exportação sem cobertura cambial é condição para a concessão do regime de exportação temporária.
- d) O prazo de vigência do regime será, em todos os casos, de 12 meses, prorrogável automaticamente por mais 12 meses.
- e) Quando se tratar de exportação temporária de bem sujeito ao imposto de exportação, o montante dos tributos com exigibilidade suspensa em decorrência da aplicação do regime será consubstanciado em TR, dispensada a garantia.

## CONTROLE E DESPACHO ADUANEIRO

41. De acordo com o disposto na Instrução Normativa SRF n. 680, de 2 de outubro de 2006, a Declaração de Importação (DI) relativa à mercadoria que proceda diretamente do exterior poderá ser registrada antes da sua descarga na unidade da Receita Federal do Brasil (RFB) de despacho, sem necessidade de autorização ou justificativa formal daquela unidade, quando se tratar expressamente de:

- a) livros, jornais e periódicos.
- b) mercadoria transportada por via aérea.
- c) veículos automotores.
- d) mercadoria importada por meio aquaviário por importador certificado como operador econômico autorizado (OEA) na modalidade OEA - Conformidade Nível 2.
- e) mercadoria transportada em contêineres.

42. A Declaração de Importação (DI) poderá ser selecionada para um dos seguintes canais de conferência aduaneira, exceto:

- a) laranja.
- b) vermelho.
- c) amarelo.
- d) cinza.
- e) verde.

43. Em relação ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), assinale a opção incorreta.

- a) O pagamento do AFRMM incidente sobre o frete relativo ao transporte de mercadoria submetida a regime aduaneiro especial fica suspenso até a data do registro da Declaração de Importação (DI) que inicie o despacho para consumo correspondente.
- b) Não poderá ser solicitado ou registrado benefício de AFRMM no Sistema Mercante para as cargas objeto de endosso pendente de aceite.
- c) A isenção total ou parcial do AFRMM, prevista em lei, será solicitada pelo consignatário no Sistema Mercante após o registro da Declaração de Importação (DI) correspondente.
- d) A Taxa de Utilização do Mercante (TUM) não incide sobre as cargas submetidas à pena de perdimento.
- e) O contribuinte do AFRMM é o consignatário constante do conhecimento de carga.

44. O controle de cargas aéreas procedentes do exterior é processado através do sistema:
- Sistema Integrado de Gerência do Manifesto, do Trânsito e do Armazenamento (Mantra).
  - Siscomex Carga.
  - Siscomex Importação.
  - Sistema Mercante.
  - Portal Único de Comércio Exterior, no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Portal Siscomex).
45. São condições para o registro de uma Declaração de Trânsito Aduaneiro (DTA), no Siscomex Trânsito, exceto:
- a disponibilidade da carga no Siscomex.
  - o preenchimento de todos os dados obrigatórios.
  - a regularidade da habilitação do transportador.
  - a chegada da carga.
  - o transportador ser certificado como Operador Econômico Autorizado (OEA).
46. Segundo o disposto na Instrução Normativa RFB n. 1.702, de 21 de março de 2017, a custódia e a movimentação, inclusive em trânsito aduaneiro, de cargas para exportação por meio de Declaração Única de Exportação (DU-E) serão controladas por meio do módulo Controle de Carga e Trânsito (CCT) de exportação do Portal Siscomex. Sobre o módulo CCT, assinale a opção correta.
- O módulo CCT não contém o registro do interveniente com o qual se encontra a carga.
  - São intervenientes do CCT, dentre outros: o exportador, o agente de carga e o importador.
  - Uma das funcionalidades do CCT é a recepção da carga.
  - A informação do Número Identificado da Carga (NIC), na operação de importação, é informada no CCT.
  - O CCT registra o trânsito aduaneiro das cargas não desembaraçadas em uma operação de exportação.
47. São beneficiários do regime de trânsito aduaneiro, na Declaração de Trânsito Aduaneiro (DTA) de entrada, exceto:
- o importador.
  - o operador de transporte multimodal (OTM).
  - o depositário autorizado, no Siscomex Trânsito, pelo importador ou pelo consignatário da carga.
  - o exportador.
  - o consignatário indicado no conhecimento de carga.
48. Quanto ao Tratamento Administrativo das Importações previsto na Portaria Secex n. 23, de 2011, as operações abaixo estão sujeitas a Licenciamento Não Automático, exceto:
- importações de produtos relacionados no Tratamento Administrativo do Siscomex e também disponíveis no endereço eletrônico do MDIC para simples consulta, prevalecendo o constante do aludido Tratamento Administrativo, onde estão indicados os órgãos responsáveis pelo exame prévio do licenciamento não automático, por produto.
  - aquelas sujeitas à obtenção de cotas tarifária e não tarifária.
  - aquelas sujeitas à anuência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
  - aquelas sujeitas ao exame de similaridade.
  - as efetuadas ao amparo do regime aduaneiro especial de drawback, em qualquer hipótese.
49. Quanto ao Tratamento Administrativo das Importações previsto na Portaria Secex n. 23, de 2011, escolha a opção correta.
- O licenciamento não automático deverá ser efetuado previamente ao embarque da mercadoria no exterior, salvo exceções previstas na referida Portaria.
  - O Siscomex cancelará automaticamente o pedido de licença em exigência no caso do seu não cumprimento no prazo de trinta dias.
  - O prazo para embarque da mercadoria no exterior, para as licenças de importação automáticas e não automáticas, será de até 180 dias, contados a partir da data do deferimento pelo respectivo órgão.
  - Poderão ser concedidas diversas prorrogações da validade da Licença de Importação (LI) para embarque mediante justificativa formalizada pelo importador. Entretanto, o prazo máximo de cada prorrogação será idêntico ao original.
  - Estão dispensadas de licenciamento todas as operações de importação de mercadorias usadas, salvo exceções estabelecidas na referida Portaria.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei n. 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

50. Com relação aos documentos instrutivos da DI, escolha a opção correta.
- a) O extrato da DI selecionada para conferência aduaneira e os documentos que a instruem deverão ser entregues pelo importador na unidade da RFB de despacho, em envelope, contendo a indicação do número atribuído à declaração.
  - b) Os documentos instrutivos do despacho serão disponibilizados à RFB na forma de arquivos digitais ou digitalizados, por meio da funcionalidade “Anexação de Documentos Digitalizados” do Portal Único de Comércio Exterior, e autenticados via certificado digital, observada a legislação específica.
  - c) Sempre será exigida a apresentação da via original do conhecimento de carga ou documento equivalente, mesmo que nos despachos de mercadoria acobertada por Conhecimento Eletrônico (CE), informado à autoridade aduaneira na forma prevista na legislação específica.
  - d) Sempre será exigida a apresentação da fatura comercial, mesmo que a operação de importação não corresponda a uma venda internacional da mercadoria, tal como o retorno de exportação temporária ou a admissão temporária de bens.
  - e) Não será exigida a apresentação de fatura comercial no despacho de importação de mercadoria a granel na hipótese de acréscimo ou excesso em percentual superior a 5%, verificado entre o peso ou a quantidade declarada na DI e o apurado na arqueação ou na quantificação da mercadoria.
51. O fato gerador do Imposto de Importação é a entrada de mercadoria estrangeira no território aduaneiro. De acordo com o Regulamento Aduaneiro atual (Decreto n. 6.759/2009), para efeito de cálculo do imposto, considera-se ocorrido o fato gerador:
- a) na data do desembarço da Declaração de Importação de mercadoria submetida a despacho para consumo.
  - b) na data do registro da Declaração de Importação de mercadoria submetida a despacho para consumo.
  - c) na data da retificação da Declaração de Importação de mercadoria submetida a despacho para consumo, quando formalizadas exigências fiscais.
  - d) na data da efetiva entrega da carga pelo depositário, vinculada à Declaração de Importação de mercadoria submetida a despacho para consumo.
  - e) no dia do lançamento do correspondente crédito tributário, quando se tratar de bens contidos em remessa postal internacional e que foram sujeitos ao regime de importação comum.
52. Segundo o disposto na Instrução Normativa SRF n. 680, de 2 de outubro de 2006, a Taxa de Utilização do Siscomex será devida no ato do registro da Declaração de Importação (DI) à razão de:
- a) R\$ 30,00 por DI.
  - b) R\$ 10,00 para cada adição de mercadoria à DI, observados os limites definidos na referida Instrução Normativa.
  - c) R\$ 50,00 para cada adição de mercadoria à DI, observados os limites definidos na referida Instrução Normativa.
  - d) R\$ 50,00 por DI.
  - e) R\$ 185,00 por DI e R\$ 29,50 para cada adição de mercadoria à DI, observados os limites definidos na referida Instrução Normativa.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei n. 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

53. Segundo o disposto na Instrução Normativa SRF n. 680, de 2 de outubro de 2006, o registro da Declaração de Importação (DI) caracteriza o início do despacho aduaneiro de importação e poderá ser efetivado:
- a) mesmo se constatada a irregularidade cadastral do importador.
  - b) antes do deferimento do licenciamento da operação de importação, mesmo quando exigível, conforme estabelecido pelos órgãos e agências da administração pública federal competentes.
  - c) após a chegada da carga, exceto na modalidade de registro antecipado da DI.
  - d) antes da confirmação pelo banco da aceitação do débito relativo aos tributos, contribuições e direitos devidos.
  - e) mesmo que a situação da carga esteja indisponível para vinculação no sistema de controle de carga da Receita Federal do Brasil aplicado ao modal de transporte.
54. A verificação física da mercadoria é uma etapa da conferência aduaneira e tem como finalidades identificar e quantificar a mercadoria submetida a despacho aduaneiro, obter elementos para confirmar sua classificação fiscal, sua origem e seu estado de novo ou usado, bem como para verificar sua adequação às normas técnicas aplicáveis. Com relação a esse tema, escolha a opção correta.
- a) A verificação da mercadoria no despacho de importação será realizada mediante agendamento, conforme as regras gerais estabelecidas pela unidade RFB de despacho. Entretanto, alternativamente ao estabelecimento de regras gerais, a unidade local poderá adotar o critério de escalonamento das Declarações de Importação (DI) cujas mercadorias serão objeto de conferência.
  - b) A mercadoria objeto de declaração selecionada para verificação física deverá sempre ser completamente retirada da unidade de carga ou descarregada do veículo de transporte, não havendo hipóteses normativas previstas para dispensa da desova total do contêiner.
  - c) Na ausência do importador ou de seu representante na data e no horário previstos para a conferência, a mercadoria depositada em recinto alfandegado poderá ser submetida a verificação física na presença do transportador ou de seu posto.
  - d) As mercadorias retiradas a título de amostra são dedutíveis da quantidade declarada.
  - e) No caso de mercadorias acondicionadas em mais de um veículo ou unidade de carga, o representante do importador poderá escolher aleatoriamente apenas alguns veículos ou unidades de carga para descarga ou retirada da mercadoria.
55. As exigências formalizadas pela fiscalização aduaneira e o seu atendimento pelo importador, no curso do despacho aduaneiro de importação, deverão ser registrados no Siscomex. Sobre a formalização de exigências e retificação da Declaração de Importação (DI), assinale a opção correta.
- a) A retificação da declaração no curso do despacho aduaneiro sempre será efetivada após o seu registro no Siscomex e independe de aceitação pela fiscalização aduaneira para permitir que a mercadoria seja desembaraçada.
  - b) A retificação da declaração no curso do despacho aduaneiro sempre será efetivada após o seu registro no Siscomex, mesmo que a retificação resulte importação sujeita a licenciamento não automático. Neste caso, a declaração poderá ser desembaraçada com pendências pela fiscalização aduaneira, que perdurarão até a obtenção da licença de importação e apresentação à fiscalização, pelo importador, para permitir a averbação automática da operação.
  - c) A retificação da declaração no curso do despacho aduaneiro de importação impede a aplicação das penalidades fiscais e das sanções administrativas cabíveis.
  - d) Na hipótese de a exigência referir-se a crédito tributário ou direito comercial, o importador poderá efetuar o pagamento correspondente no curso do despacho aduaneiro, independentemente da formalização de processo administrativo fiscal.
  - e) A retificação da declaração após o desembaraço aduaneiro será realizada mediante solicitação do importador, formalizada em processo e instruída com provas de suas alegações, e, se for o caso, do pagamento dos tributos, direitos comerciais, acréscimos moratórios e multas e do atendimento de eventuais controles específicos sobre a mercadoria.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei n. 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).



56. De acordo com o disposto na Instrução Normativa SRF n. 680, de 2 de outubro de 2006, são hipóteses de entrega da mercadoria antes da conclusão da conferência aduaneira, mediante requerimento formalizado pelo importador e autorizado pelo responsável pelo despacho, exceto:
- a) indisponibilidade de estrutura física suficiente para a armazenagem ou a inspeção da mercadoria no recinto do despacho ou em outros recintos alfandegados próximos.
  - b) necessidade de montagem complexa da mercadoria para a realização de sua conferência física.
  - c) mercadoria que está sujeita à confirmação, por exame técnico-laboratorial, de atendimento a requisito de norma técnica para sua comercialização no País.
  - d) necessidade imediata de retirada da mercadoria do recinto para preservar a salubridade ou a segurança do local ou por motivo de defesa nacional, de acordo com solicitação do responsável pelo recinto ou recomendação da autoridade competente.
  - e) necessidade de retirada da mercadoria do recinto por critérios de logística do transportador, justificados com a avaliação de oportunidade e conveniência da retirada pelo importador.
57. O Regulamento Aduaneiro atual (Decreto n. 6.759/2009) estabelece que o desembaraço aduaneiro na importação é o ato pelo qual é registrada a conclusão da conferência aduaneira. Sobre esse assunto, escolha a afirmação correta.
- a) Concluída a conferência, a mercadoria será imediatamente desembaraçada pelo Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, independentemente de o despacho de importação estar interrompido para o atendimento de exigência formalizada pela fiscalização e ainda não cumprida pelo importador.
  - b) A mercadoria não poderá ser desembaraçada quando a conclusão da conferência aduaneira ainda depender de resultado de análise laboratorial.
  - c) A seleção da declaração para quaisquer dos canais de conferência aduaneira não impede que o chefe do setor responsável pelo despacho, a qualquer tempo, determine que se proceda à ação fiscal pertinente se tiver conhecimento de fato ou da existência de indícios que requeiram a necessidade de verificação da mercadoria ou de aplicação de procedimento aduaneiro especial.
  - d) No caso de registro antecipado da DI, o desembaraço aduaneiro poderá ser realizado antes da complementação ou da retificação dos dados da declaração no Siscomex e do pagamento de eventual diferença de crédito tributário relativo à declaração, mediante a prestação de garantia no valor do montante exigido.
  - e) Nos casos de entrega antecipada da carga, havendo exigência fiscal não atendida, a DI não poderá ser desembaraçada, mesmo que a exigência se refira a crédito tributário ou a direito comercial que tenha sido constituído mediante auto de infração e o seu pagamento integral já tenha sido efetuado.
58. Segundo o Regulamento Aduaneiro atual (Decreto n. 6.759/2009), deverão estar contidas na fatura comercial as seguintes informações, exceto:
- a) nome e endereço completos do exportador.
  - b) nome e endereço completos do importador e, se for o caso, do adquirente ou do encomendante predeterminado.
  - c) país de origem, como tal entendido aquele onde houver sido produzida a mercadoria ou onde tiver ocorrido a última transformação substancial.
  - d) termo da condição de venda (Incoterm).
  - e) preço de comercialização no mercado interno da mercadoria importada.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei n. 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

59. Segundo a Instrução Normativa SRF n. 611, de 18 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a utilização de declaração simplificada na importação e na exportação, poderão ser utilizados os formulários de Declaração Simplificada de Importação (DSI), Folha Suplementar e Demonstrativo de Cálculo dos Tributos, nos modelos constantes respectivamente dos Anexos II a IV da referida Instrução Normativa ou, alternativamente, esses mesmos formulários no formato de planilha eletrônica, disponibilizada no sítio da RFB na Internet no endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br>, instruídos com os documentos próprios para cada caso, exceto no despacho aduaneiro de:
- amostras sem valor comercial.
  - livros, jornais, periódicos, documentos, folhetos, catálogos, manuais e publicações semelhantes, inclusive gravados em meio magnético, importados sem finalidade comercial, desde que não estejam sujeitos ao pagamento de tributos.
  - outros bens importados por pessoa física ou jurídica de valor não superior a US\$ 3000.00.
  - bens trazidos por grupo artístico estrangeiro ou a ele destinados para seu uso ou consumo.
  - medicamentos, sob prescrição médica, importados por pessoa física.
60. O despacho aduaneiro de exportação processado por Declaração Única de Exportação (DU-E) é disciplinado pela Instrução Normativa RFB n.1.702, de 21 de março de 2017. A respeito da DU-E, analise as assertivas abaixo e, ao final, assinale a opção correta.
- Declarante é a pessoa responsável por apresentar a DU-E e promover o despacho de exportação em nome próprio, se for o exportador, ou em nome de terceiro, quando se tratar de pessoa jurídica contratada para esse fim.
  - Despacho domiciliar é aquele realizado em local solicitado pelo exportador, situado fora de recinto aduaneiro e sob sua responsabilidade.
  - Referência Única da Carga (RUC) é o identificador reutilizável que servirá de base para o controle da armazenagem e movimentação de cargas para exportação.
  - Averbação de embarque é a confirmação da saída dos bens exportados do País.
    - Todas as assertivas estão corretas.
    - Apenas as assertivas I e V estão corretas.
    - Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
    - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
    - Todas as assertivas estão incorretas.
61. Assinale a opção incorreta. A DU-E é um documento eletrônico que:
- contém informações de natureza aduaneira, administrativa, comercial, financeira, tributária, fiscal e logística que caracterizam a operação de exportação dos bens por ela amparados.
  - serve de base para o despacho aduaneiro de importação.
  - é formulada em módulo próprio do Portal Único de Comércio Exterior.
  - consiste na prestação, pelo declarante ou seu representante, das informações necessárias ao controle da operação de exportação.
  - substitui o Registro de Exportação (RE), a Declaração de Exportação (DE) em suas versões na *web* e no Grande Porte e a Declaração Simplificada de Exportação (DSE).
62. Assinale a opção incorreta.
- O registro da DU-E caracteriza o início do despacho aduaneiro de exportação.
  - Segundo a IN RFB n. 1.702, de 21 de março de 2017, irregularidade cadastral em nome do declarante ou do exportador não impede o registro da DU-E.
  - Considera-se irregularidade impeditiva do registro da DU-E a que decorra de omissão de dado obrigatório, de fornecimento de dado com erro ou de impossibilidade legal absoluta.
  - A DU-E registrada receberá numeração automática única, sequencial e nacional, reiniciada a cada ano.
  - Para fins de formulação da DU-E, considera-se a unidade da RFB de despacho aquela que jurisdiciona o local de conferência e desembaraço dos bens a serem exportados.
63. A respeito da Referência Única de Carga (RUC), assinale a opção correta.
- O registro da DU-E não implicará sua vinculação a uma RUC.
  - A RUC é composta por um código alfanumérico de até 35 caracteres e deverá atender às regras de formação estabelecidas em ato da Coordenação-Geral de Administração Aduaneira da RFB.
  - O código alfanumérico que compõe a RUC pode ser gerado apenas pelo exportador ou pelo declarante, sendo impossível a sua geração automática pelo próprio sistema.
  - A indicação de código alfanumérico que identifique uma RUC já utilizada em exportação anterior não impede o registro de nova DU-E.
  - Uma RUC não pode ser utilizada para consultar a situação de uma determinada carga e o histórico do despacho de exportação.

64. A custódia e a movimentação de cargas para exportação por meio de DU-E serão controladas por meio do módulo Controle de Carga e Trânsito (CCT) de exportação do Portal Siscomex. Quanto ao CCT, assinale a opção incorreta.
- a) A carga cuja exportação seja processada por meio de DU-E deverá ter sua recepção registrada no módulo CCT para ser submetida a despacho aduaneiro.
  - b) Uma vez recepcionada no módulo CCT, uma carga só poderá ter sua custódia transferida para outro interveniente por meio das funcionalidades “entrega de carga” ou “recepção de carga”.
  - c) Uma das funcionalidades que estão disponíveis no módulo CCT é a consolidação ou a desconsolidação de carga.
  - d) O CCT não contém o registro do interveniente com o qual se encontra a carga.
  - e) O transportador é um dos intervenientes que podem atuar no módulo CCT.
65. Sobre módulo Controle de Carga e Trânsito (CCT) de exportação do Portal Siscomex, assinale a opção incorreta.
- a) Todas as cargas cujo despacho de exportação seja processado por meio de DU-E deverão ter seu embarque manifestado pelo transportador no módulo CCT.
  - b) Somente as cargas cuja exportação seja processada por meio de DU-E poderão ter seu embarque manifestado no módulo CCT para embarque ao exterior ou trânsito aduaneiro pelo território nacional.
  - c) A manifestação de embarque para trânsito aduaneiro pelo território nacional dará origem ao Documento de Acompanhamento de Trânsito (DAT), gerado pelo módulo CCT, que é o documento de transporte que dará amparo ao trânsito e deverá acompanhar a carga durante todo o percurso.
  - d) O registro da manifestação de embarque vinculará, no módulo CCT, as cargas manifestadas, o veículo, as unidades de transporte eventualmente utilizadas e o documento de transporte manifestado.
  - e) A RUC não se presta a servir como uma possibilidade de vínculo de carga no módulo CCT de modo que permita a transferência de custódia entre intervenientes, o trânsito pelo território aduaneiro e o embarque para o exterior ou a transposição de fronteira.
66. Com relação ao despacho de exportação via DU-E, assinale a opção correta.
- a) A apresentação da carga para despacho marca o início do procedimento fiscal e o fim da espontaneidade para o declarante ou o exportador retificar ou cancelar a DU-E sem que a retificação ou o cancelamento tenham de ser autorizados pela fiscalização aduaneira.
  - b) O registro da DU-E não é condição para que ocorra a apresentação da carga para despacho.
  - c) Depois da apresentação da carga para despacho, a DU-E será submetida à análise de risco aduaneiro e selecionada necessariamente para o canal verde de conferência aduaneira.
  - d) Após a incidência de canal verde, a DU-E não poderá ser bloqueada por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil para verificação da mercadoria ou análise documental, mesmo se forem identificados indícios de irregularidade.
  - e) A conferência aduaneira jamais poderá ser realizada sob a jurisdição da unidade da RFB onde o despacho de exportação foi realizado.
67. Com relação à conferência aduaneira e ao desembaraço de exportação via DU-E, assinale a opção correta.
- a) O declarante ou exportador não pode requerer ao chefe da unidade da RFB a redistribuição de DU-E selecionada para conferência aduaneira em nenhuma hipótese.
  - b) As exigências formuladas no curso da conferência aduaneira da DU-E e a conclusão da conferência serão registradas e notificadas ao declarante via ofício.
  - c) A análise documental é o procedimento fiscal destinado a verificar, entre outros, o cumprimento dos requisitos de ordem legal ou regulamentar correspondentes aos regimes aduaneiros e de tributação solicitados pelo exportador.
  - d) O despacho de exportação não pode ser interrompido pela RFB em nenhuma hipótese.
  - e) Relatórios e termos de verificação lavrados por outras autoridades para fins de controle administrativo da exportação não podem ser utilizados para a verificação da mercadoria pela RFB.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei n. 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

68. Com relação ao embarque e à transposição de fronteira de carga despachada via DU-E, assinale a opção incorreta.
- a) Salvo algumas exceções previstas em norma, o embarque ou a transposição de fronteira de bens destinados à exportação somente poderá ocorrer após o seu desembarço, e, quando for o caso, depois de concluído o trânsito aduaneiro, e deverá ser realizado sob controle aduaneiro.
  - b) O transportador deverá registrar, no módulo CCT, a correspondente manifestação de embarque dos bens exportados no prazo de até 7 dias, contado da data da realização do embarque.
  - c) Na situação especial de despacho com embarque antecipado, é autorizado o embarque ou a transposição de fronteira de bens destinados à exportação antes de seu desembarço.
  - d) É considerada como data de embarque dos bens exportados a data do voo nas exportações por via aérea.
  - e) Na hipótese de embarque fracionado da carga, deverá haver somente um registro específico no módulo CCT para toda a carga.
69. Com relação à averbação de embarque de exportações realizadas via DU-E, assinale a opção correta.
- a) A averbação do embarque ou da transposição de fronteira confirma e valida a data de embarque ou de transposição de fronteira e a data de emissão do conhecimento de carga registradas no módulo CCT, pelo transportador ou exportador, mas não deverá ser considerada para fins comerciais, fiscais nem cambiais.
  - b) A averbação do embarque da exportação ocorrerá sempre manualmente depois do registro, no módulo CCT, da entrega da carga ao transportador, na hipótese de exportação por via terrestre, fluvial ou lacustre.
  - c) Na hipótese de a averbação não se processar automaticamente, caberá ao exportador realizá-la e registrar no Portal Siscomex as divergências constatadas.
  - d) Não serão considerados exportados, para fins fiscais e de controle cambial, os bens cujo embarque ou transposição de fronteira estiver averbado.
  - e) Depois da averbação de embarque de exportação, o Portal Siscomex gerará e enviará ao Sped um evento para registro nas notas fiscais eletrônicas de exportação que instruíram a DU-E.
70. Com relação às situações especiais de despacho de exportação via DU-E, assinale a opção correta.
- I. São situações especiais previstas em norma o despacho com embarque antecipado, o despacho posterior à saída dos bens para o exterior e a exportação de produtos nacionais que devam permanecer no País.
  - II. Entre as hipóteses de autorização de embarque antecipado de bens objeto de DU-E ainda não desembaraçada estão, entre outras, a exportação de granéis, de produtos da indústria siderúrgica e de mineração e de produtos agroindustriais acondicionados em fardos ou sacaria.
  - III. Uma vez autorizado o embarque antecipado e não havendo impedimento por parte de órgão anuente, o operador portuário ou o transportador estará autorizado a embarcar as mercadorias constantes na DU-E no limite quantitativo correspondente ao declarado em cada um dos seus itens.
  - IV. O registro da DU-E jamais poderá ser efetuado após o embarque da mercadoria ou sua saída do território nacional.
  - V. Denomina-se exportação ficta aquela cuja operação se efetiva sem a saída da mercadoria do território nacional, nas hipóteses e nas condições previstas em legislação específica.
    - a) Todas as assertivas estão corretas.
    - b) Apenas as assertivas I e V estão corretas.
    - c) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
    - d) Apenas as assertivas I, II, III e V estão corretas.
    - e) Todas as assertivas estão incorretas.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei n. 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).



## IDENTIFICAÇÃO MERCEOLÓGICA

71. Em relação ao Acordo de Valoração Aduaneira (AVA), analise as proposições abaixo e assinale a opção correta.

- I. A base primeira para a valoração aduaneira, em conformidade com este Acordo, é o valor de transação, tal como definido no Artigo 1.
- II. Os Artigos 3 a 8 estabelecem métodos para determinar o valor aduaneiro quando este não puder ser determinado de acordo com as disposições do Artigo 1.
- III. De acordo com o Artigo 3, se o valor aduaneiro das mercadorias importadas não puder ser determinado segundo as disposições dos Artigos 1 e 2, será ele o valor de transação de mercadorias similares vendidas para exportação para o mesmo país de importação e exportados a qualquer tempo.
- IV. O importador poderá solicitar a inversão da ordem de aplicação do quarto e do quinto métodos de valoração.
- V. O Artigo 8 determina os ajustes a serem efetuados na determinação do valor aduaneiro, segundo as disposições do Artigo 1.
  - a) Apenas as alternativas I e II são verdadeiras.
  - b) Somente as alternativas II, III e IV são verdadeiras.
  - c) São verdadeiras apenas as alternativas III e V.
  - d) Somente as alternativas I, IV e V são verdadeiras.
  - e) Somente a alternativa IV é verdadeira.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei n. 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

72. Com base nas informações abaixo e fazendo uso do primeiro método de valoração para determinar o valor aduaneiro da mercadoria, assinale a opção correta.

Preço efetivamente pago em uma venda para exportação para o país de importação, estando a mercadoria disponível nos limites do território do país de importação	R\$ 2.000.000,00
Comissões de venda suportadas pelo comprador, mas não incluídas no preço efetivamente pago	R\$ 40.000,00
Comissões de compra suportadas pelo comprador, mas não incluídas no preço efetivamente pago	R\$ 35.000,00
<i>Royalties</i> relacionados com a mercadoria objeto de valoração que o comprador deve pagar como condição de venda desta mercadoria	R\$ 200.000,00
Direitos de licença relacionados com a mercadoria objeto de valoração que o comprador deve pagar como condição de venda desta mercadoria	R\$ 160.000,00
Trabalhos realizados no país de importação	R\$ 90.000,00

O valor aduaneiro será de:

- a) R\$ 2.165.000,00.
- b) R\$ 2.490.000,00.
- c) R\$ 2.400.000,00.
- d) R\$ 2.525.000,00.
- e) R\$ 2.435.000,00.

73. Não sendo possível a utilização do primeiro método de valoração, o valor aduaneiro de 100.000 unidades do veículo Kia Sportage importadas da Coreia do Sul para o Brasil em julho de 2018 será o valor de transação de:

- a) 100.000 unidades do veículo Kia Sportage importadas da Coreia do Sul para o Brasil em janeiro de 2016.
- b) 100.000 unidades do veículo Kia Sportage importadas da Coreia do Sul para o Panamá em março de 2018.
- c) 100.000 unidades do veículo Kia Sportage importadas do México para o Brasil em julho de 2018.
- d) 100.000 unidades do veículo Kia Soul importadas da Coreia do Sul para o Brasil em julho de 2018.
- e) 100.000 unidades do veículo Kia Sportage importadas da Coreia do Sul para o Brasil em junho de 2018.



74. Sobre os Acordos de Complementação Econômica (ACE) de que o Brasil é signatário, assinale a opção correta.
- a) O Acordo de Complementação Econômica n. 55 (ACE 55) envolve Estados-partes do Mercosul e a Bolívia.
  - b) Nas importações do México para o Brasil utiliza-se o Acordo de Complementação Econômica n. 53 (ACE 53).
  - c) O Acordo de Complementação Econômica n. 18 (ACE 18) envolve os Estados-partes do Mercosul e o Chile.
  - d) O Acordo de Complementação Econômica n. 39 (ACE 39) envolve os Estados-partes do Mercosul e o México.
  - e) As importações sob o amparo do Acordo de Complementação Econômica n. 43 (ACE 43) representam a maior parcela das importações brasileiras efetuadas com amparo de acordos de preferência tarifária.
75. Analise as proposições abaixo e assinale a opção correta.
- I. Embalar, no Uruguai, telefones celulares produzidos na China qualifica estes telefones celulares como originários do Uruguai.
  - II. Normas de origem preferenciais são regulamentos negociados entre as partes signatárias de acordos preferenciais de comércio, cujo objetivo principal é assegurar que o tratamento tarifário preferencial se limite aos produtos extraídos, colhidos, produzidos ou fabricados nos países que assinaram os acordos.
  - III. Montar e embalar, no Chile, bicicletas produzidas na Itália e enviadas desmontadas para o Chile qualifica estas bicicletas como originárias do Chile.
  - IV. No âmbito do Mercosul, o Certificado de Origem é o documento que permite comprovar que os bens cumprem os requisitos de origem exigidos em cada acordo e as condições estabelecidas.
- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
  - b) Apenas as proposições II e III estão corretas.
  - c) Somente as proposições I e III estão corretas.
  - d) Apenas as proposições III e IV estão corretas.
  - e) Somente as proposições II e IV estão corretas.
76. Sobre o Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH), analise as proposições abaixo e assinale a opção correta.
- I. Entende-se por Sistema Harmonizado a Nomenclatura, compreendendo as posições, as subposições e os respectivos códigos numéricos, as Notas de Seção, de Capítulo e de subposição, bem como as Regras Gerais para a Interpretação do Sistema Harmonizado.
  - II. No Sistema Harmonizado, à medida que cresce a participação do homem na elaboração da mercadoria, menor é o número do Capítulo em que ela será classificada, iniciando pelas obras de arte e terminando com os animais vivos.
  - III. O Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH) é administrado pela Organização Mundial de Aduanas (OMA).
  - IV. Para garantir sua uniforme interpretação legal, o Sistema Harmonizado possui cinco Regras Gerais de Interpretação (RGI).
- a) Somente a proposição I está correta.
  - b) Somente a proposição II está correta.
  - c) Apenas as proposições I e II estão corretas.
  - d) Somente as proposições I e III estão corretas.
  - e) Apenas as proposições III e IV estão corretas.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei n. 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

77. Analise a estrutura da posição 04.06 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), apresentada abaixo, e marque a opção correta.

NCM	DESCRIÇÃO
<b>04.06</b>	<b>Queijos e requeijão.</b>
0406.10	- Queijos frescos (não curados), incluindo o queijo de soro de leite, e o requeijão
0406.10.10	Mussarela
0406.10.90	Outros
0406.20.00	- Queijos ralados ou em pó, de qualquer tipo
0406.30.00	- Queijos fundidos, exceto ralados ou em pó
0406.40.00	- Queijos de pasta mofada (azul*) e outros queijos que apresentem veios obtidos utilizando <i>Penicillium roqueforti</i>
0406.90	- Outros queijos
0406.90.10	Com um teor de umidade inferior a 36,0%, em peso (massa dura)
0406.90.20	Com um teor de umidade igual ou superior a 36,0% e inferior a 46,0%, em peso (massa semidura)
0406.90.30	Com um teor de umidade igual ou superior a 46,0% e inferior a 55,0%, em peso (massa macia)
0406.90.90	Outros

- a) A subposição 0406.90 não está desdobrada no âmbito do Mercosul.
- b) O queijo mussarela fresco classifica-se no código 0406.10.10 da NCM com o uso das Regras Gerais de Interpretação (RGI) 1 e 6 do Sistema Harmonizado e da Regra Geral Complementar (RGC) 1 da Nomenclatura Comum do Mercosul.
- c) Os queijos fundidos ralados classificam-se no código 0406.30.00 da NCM com o uso das Regras Gerais de Interpretação (RGI) 1 e 6 do Sistema Harmonizado.
- d) Os queijos de pasta mofada (azul\*) classificam-se no código 0406.40.00 da NCM com o uso das Regras Gerais de Interpretação (RGI) 3 a) e 6 do Sistema Harmonizado e da Regra Geral Complementar (RGC) 1 da Nomenclatura Comum do Mercosul.
- e) Os queijos em pó, com um teor de umidade inferior a 36,0%, em peso, classificam-se no código 0406.90.10 da NCM com o uso das Regras Gerais de Interpretação (RGI) 1 e 6 do Sistema Harmonizado e da Regra Geral Complementar (RGC) 1 da Nomenclatura Comum do Mercosul.

78. A respeito das publicações complementares do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH), analise as proposições abaixo e assinale a opção correta.

- I. As Notas Explicativas do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (Nesh) compreendem a interpretação oficial do Sistema Harmonizado.
- II. As Notas Explicativas do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (Nesh) esclarecem dúvidas suscitadas pelos textos de subitens da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).
- III. Os pareceres de classificação do Comitê do Sistema Harmonizado são adotados como elemento subsidiário fundamental para a classificação de mercadorias com características semelhantes às das mercadorias objeto de sua análise.
- IV. As classificações das mercadorias contidas nos pareceres de classificação do Comitê do Sistema Harmonizado são vinculativas.
- V. As Notas Explicativas do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias ou simplesmente Notas Explicativas (Nesh) são invariáveis e totalmente exaustivas sobre todo o alcance das posições e das subposições do Sistema Harmonizado.
- a) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, III e V estão corretas.
- c) Somente as proposições II, III e V estão corretas.
- d) Somente as proposições III, IV e V estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei n. 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

79. De acordo com o Acordo de Valoração Aduaneira (AVA), marque a opção correta.

- a) Restrições à cessão ou à utilização das mercadorias pelo comprador, que não afetem substancialmente o valor das mercadorias, não impedem a utilização do primeiro método de valoração.
- b) Restrições à cessão ou à utilização das mercadorias pelo comprador, que sejam exigidas por lei do país de importação, impedem a utilização do primeiro método de valoração.
- c) Caso alguma parcela da utilização subsequente das mercadorias pelo comprador beneficie diretamente o vendedor, poderá ser utilizado o primeiro método de valoração independentemente de qualquer ajuste.
- d) O valor aduaneiro de mercadorias importadas será o valor de transação desde que o preço esteja sujeito a alguma condição para a qual não se possa determinar um valor em relação às mercadorias objeto de valoração.
- e) A vinculação entre o comprador e o vendedor não impede a aplicação do primeiro método de valoração, mesmo que esta vinculação tenha influenciado o preço.

80. Analisando a estrutura da posição 96.06 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), apresentada abaixo, e utilizando as Regras Gerais de Interpretação (RGI) do Sistema Harmonizado, marque a opção correta.

NCM	DESCRIÇÃO
96.06	Botões, incluindo os de pressão; formas e outras partes, de botões ou de botões de pressão; esboços de botões.
9606.10.00	- Botões de pressão e suas partes
9606.2	- Botões:
9606.21.00	-- De plástico, não recobertos de matérias têxteis
9606.22.00	-- De metais comuns, não recobertos de matérias têxteis
9606.29.00	-- Outros
9606.30.00	- Formas e outras partes, de botões; esboços de botões

- a) Os botões de plástico recobertos de tecidos classificam-se no código 9606.21.00 da NCM com o uso das Regras Gerais de Interpretação (RGI) 3 a) e 6 do Sistema Harmonizado.
- b) Os esboços de botões de pressão classificam-se no código 9606.30.00 da NCM com o uso das Regras Gerais de Interpretação (RGI) 2 a) e 6 do Sistema Harmonizado.
- c) Os botões de metal comuns não recobertos de tecidos se classificam no código 9606.29.00 da NCM com o uso das Regras Gerais de Interpretação (RGI) 1 e 6 do Sistema Harmonizado.
- d) As partes de botões de pressão classificam-se no código 9606.30.00 da NCM com o uso das Regras Gerais de Interpretação (RGI) 1 e 6 do Sistema Harmonizado.
- e) Os esboços de botões de pressão classificam-se no código 9606.30.00 da NCM com o uso das Regras Gerais de Interpretação (RGI) 1 e 6 do Sistema Harmonizado.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei n. 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).





[www.esaf.fazenda.gov.br](http://www.esaf.fazenda.gov.br)